



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
PROCESSO N.º 377-09.00/15-6**

CONTRATO AJDG N.º 009/2015

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua Gen. Andrade Neves, n.º 106, Centro, por seu representante legal, como CONTRATANTE, e CARLA MARIA DAL SASSO FREITAS, brasileira, casada, professora universitária, portadora da Carteira de Identidade n.º 7022636711, inscrita no CPF sob n.º 262.594.510-91, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Casemiro de Abreu, n.º 1668/401, bairro Bela Vista, telefones (51) 9123-2718 e (51) 3308-7022, email: [carla@inf.ufrgs.br](mailto:carla@inf.ufrgs.br), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em observância à autorização constante do processo n.º 377-09.00/15-6, inexigível o procedimento licitatório, ao amparo do artigo 25, inciso II e § 1º, combinado com o artigo 13, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, sujeitando-se, além do diploma legal acima referido, ao Provimento PGJ/RS n.º 26/01, e alterações, e à Lei Estadual n.º 11.389/99, nos termos e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de:

- a) planejamento e elaboração de 40 (quarenta) questões objetivas, de nível médio, para compor a prova de conhecimentos específicos para o cargo de Técnico de Informática – Área Intranet/Internet;
- b) análise e resposta aos eventuais recursos interpostos pelos candidatos em relação às questões elaboradas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DO MATERIAL**

2.1 O planejamento das questões integrantes das provas inclui a elaboração do seu conteúdo programático.

2.2 As questões objetivas serão de escolha simples entre cinco alternativas e serão entregues pessoalmente à Comissão do Concurso, em *pendrive*, digitadas no Microsoft Word, juntamente com o respectivo gabarito.

2.3 Os períodos e prazos para realização das atividades objeto deste ajuste serão estabelecidos pela Comissão do Concurso e previamente comunicados a CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

3.1 Pela prestação dos serviços, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, na forma do Provimento n.º 26/01 e suas alterações, a quantia de:

R\$ 446,21 (quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos) por questão planejada e elaborada.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

3.1.1 Os valores indicados no item 3.1 serão modificados somente na hipótese de alteração do vencimento básico da Classe “C” do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça no decorrer da contratação.

3.1.2 Não haverá o pagamento com relação ao exame de recursos de provas objetivas, consoante o previsto no Provimento n.º 19/2012, que alterou o Provimento n.º 26/2001.

3.2 O preço é considerado completo e abrange todos os tributos e demais despesas.

3.3 Os pagamentos serão efetuados após a realização da atividade prevista, a título de honorários, no 15º (décimo quinto) dia, a contar da protocolização das respectivas Notas Fiscais à Unidade de Concursos Públicos, que as conferirá, atestará e enviará à Unidade de Finanças e Pagadoria do CONTRATANTE para o respectivo pagamento.

3.4 Haverá a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

3.5 Por ocasião da quitação da fatura, e sempre que o Gestor solicitar, a CONTRATADA deverá apresentar, para permitir a retenção do ISS, se for o caso, os seguintes documentos:

- a) comprovante de cadastro no Município em favor do qual será recolhido o imposto;
- b) legislação tributária do Município onde ocorrer o fato gerador do tributo, contendo a respectiva alíquota e base de cálculo de ISS.

3.5.1 Caso não seja possível atender ao disposto no item 3.5, por se tratar de contribuinte imune, isento ou dispensado do recolhimento de ISS, a CONTRATADA deverá comprovar tal característica especial mediante a apresentação de documento hábil.

3.6 O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta corrente ou ordem de pagamento no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL – e todas as despesas dele decorrentes, como impostos, taxas, contribuições ou outras, serão suportadas pela CONTRATADA.

3.7 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **4.1 Dos Direitos**

Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA, receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

#### **4.2 Das Obrigações**

##### **4.2.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:**

- a) efetuar o pagamento ajustado, no prazo e condições estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações, o que deverá ser atestado pelo gestor do contrato;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

b) fiscalizar a execução do presente contrato;

**4.2.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:**

a) prestar os serviços objeto deste contrato na forma ajustada;

b) manter e assumir integralmente a responsabilidade pelo absoluto sigilo que deve cercar as questões que compõem a prova, sob as penas da lei;

c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

d) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

e) apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente contrato;

f) não transferir a outrem os compromissos avençados;

g) manter atualizado, durante toda a vigência contratual, a legislação de que trata a letra “b” do item 3.5 da cláusula terceira do ajuste ou o documento comprobatório de que trata o subitem 3.5.1 da cláusula terceira do contrato.

h) comprometer-se com a originalidade das questões;

i) respeitar, na formulação das questões, o edital e seu conteúdo programático.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO**

O presente Contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao de sua publicação resumida no Diário Eletrônico deste Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará por 01 (um) ano.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1 Na forma do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da ocorrência, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na mencionada Lei.

6.2 Na forma do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, o descumprimento, no todo ou em parte, das obrigações estabelecidas neste contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, mediante publicação no Diário Eletrônico deste Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre valor da ocorrência, sem prejuízo das demais penalidades legais;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual.

6.3 A multa prevista acima dobrará em caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

7.1 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, previstos no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93, em caso de rescisão administrativa.

7.2 Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.3 A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstos no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS VEDAÇÕES E PROIBIÇÕES**

8.1 É vedado que a CONTRATADA seja cônjuge ou companheiro ou tenha parentesco por consanguinidade, civil ou afinidade até o terceiro grau, com relação a qualquer candidato inscrito no respectivo Concurso Público.

8.2 É proibido que o CONTRATADO seja ou tenha sido sócio, dirigente, empregado ou professor de curso destinado a aperfeiçoamento de alunos para fins de aprovação em Concurso Público nos últimos 03 (três) anos.

**CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

9.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento dos serviços que fazem parte deste contrato, bem como do modo de sua execução.

9.2 As condições e obrigações do presente instrumento contratual não geram, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício entre as partes.

9.3 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

9.4 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

9.5 É vedada a transferência do objeto do presente ajuste, sem anuência do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO DO CONTRATO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

A gestão do presente contrato será exercida pela servidora Lívia Martinewski Dreher, Coordenadora da Unidade de Concursos Públicos do CONTRATANTE (telefones 3295-8166 e 3295-8318, e-mail [concursos@mprs.mp.br](mailto:concursos@mprs.mp.br)).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica: 3.3.90.39/3910.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Os valores do presente contrato não pagos nas datas aqui previstas deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo IGP-M da FGV, ou por outro que venha a substituí-lo, *pro rata die*.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente, em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Porto Alegre,

\_\_\_\_\_  
P/Procuradoria-Geral de Justiça  
Contratante

\_\_\_\_\_  
CARLA MARIA DAL SASSO FREITAS  
Contratada